



Cira Arqueologia

N.º 5



Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira



Cira Arqueologia

N.º 5



**Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira**
www.cm-vfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

COORDENAÇÃO GERAL

Fátima Roque

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

João Pimenta

TEXTOS

Alberto Mesquita, Ana Margarida Arruda, António Valongo, Carlos Pereira, Carolina Grilo, Cézer Santos, Cleia Detry,
Elisa de Sousa, Henrique Mendes, João Pimenta, João Sequeira, José Pedro Henriques, Mário Longuinho Pereira,
Nuno Mota, Rodrigo Banha da Silva, Rui Roberto de Almeida, Tânia Casimiro, Vasco Gil Mantas, Victor Filipe

REVISÃO

João Pimenta, Henrique Mendes

DESIGN E PAGINAÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira DIMRP/SDPG
Patrícia Victorino

EDIÇÃO

CD-Rom | 100 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

2016/2017

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ISSN

2183069X

Apresentação - Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	5
1	9
A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal) ELISA DE SOUSA, JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E ANA MARGARIDA ARRUDA	
2	33
Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). Un Sítio Paradigmático no contexto das Guerras Sertorianas CARLOS PEREIRA	
3	55
Os Cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos) MÁRIO LONGUINHO PEREIRA	
4	76
O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados VASCO GIL MANTAS	
5	86
A cerâmica comum da <i>villa</i> romana de Povos, Vila Franca de Xira CAROLINA GRILO E CÉZER SANTOS	
6	116
A Urbanística do Subúrbio Ocidental de <i>Felicias Iulia Olisipo</i> (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145 RODRIGO BANHA DA SILVA E ANTÓNIO VALONGO	
7	149
Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de <i>Olisipo</i>. A intervenção arqueológica na rua de São Mamede (Via Pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa NUNO MOTA, CAROLINA GRILO, RUI ROBERTO DE ALMEIDA E VICTOR FILIPE	
8	207
Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E MIGUEL CORREIA	
9	238
Animal remains from medieval and modern Vila Franca de Xira, Portugal: Excavations at the Neo-Realism Museum CLEIA DETRY E JOÃO PIMENTA	
10	260
Faiança Portuguesa dos Séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOÃO SEQUEIRA	
11	274
Da China ao fundo do Tejo. Fragmentos de porcelana dos Séculos XVI E XVII TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOSÉ PEDRO HENRIQUES	



Cirra Arqueologia

N.º 5

➤ A cerâmica comum da *villa* romana de Povos, Vila Franca de Xira

CAROLINA GRILO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA. RAMOSGRILO.CAROLINA@GMAIL.COM

CÉZER SANTOS ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL E CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA. CEZER.SANTOS@GMAIL.COM

RESUMO

A *villa* romana de Povos está localizada no concelho de Vila Franca de Xira, no vale do Tejo. Aí decorreram, entre os anos 80 e 90 do século passado, trabalhos arqueológicos que determinaram uma longa diacronia de ocupação de cronologia romana.

Das intervenções resultou um conjunto diversificado de espólio de cronologia romana, onde se incluem ânforas, cerâmicas finas, vidros, *terra sigillata* e cerâmica comum. O presente artigo pretende apresentar, de forma sintética, o conjunto de cerâmica comum de âmbito local e regional e contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre estas produções no Vale do Tejo.

ABSTRACT

The roman *villa* of Povos is located in Vila Franca de Xira, in the Tejo valley. The site underwent archaeological fieldworks between the 80s and the 90s decades of the last century, unraveling an intense roman occupation, from the Roman republican period until Late Empire.

The objects associated with the roman occupation were abundant and diversified, including amphorae, fine ware, *terra sigillata*, glass and common ware. In this article, we present the local and regional common ware, discussing its significance in the context of these productions in the Tejo Valey.

1. Introdução

O local denominado como *villa* romana de Povos foi alvo de trabalhos arqueológicos de salvamento na década de 80 do século passado, iniciados pelo departamento de arqueologia do então IPPC, na sequência da realização de obras de saneamento na área urbana de Povos do Ribatejo.

No seguimento daquelas ações, o município, através do museu municipal, encetou um programa de escavações arqueológicas decorridas entre 1984 (Ferreira, 1984) e 1987 (Parreira, 1986; 1987-88) e posteriormente em 1990 (Calais, 1993-1994) que procuraram determinar a natureza dos vestígios e da ocupação do local, tendo documentado uma sucessão estratigráfica de cronologia romana, composta genericamente por três fases de ocupação (Idem, 1993-1994): a fase mais antiga, associada a estruturas habitacionais (muros e estruturas de combustão) de cronologia Alto-imperial, centrada na primeira metade do século I d.C. (Período I); uma segunda fase correspondente à edificação da designada *villa*, com diferentes momentos construtivos e níveis de ocupação (camadas 5a

e 5b) e derrubes (camada 6), situada entre os finais do século I e o século III d.C. (Período II); finalmente, uma terceira fase de remodelação e construção de um edifício mais recente num momento indeterminado no século III, que culmina no abandono do local no século V d.C. (Período III).

Das distintas intervenções então efetuadas resultou um abundante e diversificado espólio arqueológico que foi dado à estampa na sua quase totalidade através de publicações dedicadas aos conjuntos anfóricos (Banha, 1991), à *terra sigillata* (Dias, 1998; Silva, 2012), aos almofarizes importados (Quaresma, 1997-1998) e à cerâmica de paredes finas, lucernas e artefactos em osso e metal (Reis, Sepúlveda, 2003), restando as moedas, os vidros e a cerâmica comum, objeto do presente estudo. FIG. 1



Figura 1
Localização de Povos
na região do Baixo
Tejo

1.1. A cerâmica comum no Baixo Tejo

No âmbito da cerâmica comum romana, contamos ainda com poucos dados para o conhecimento destas produções no Vale do Tejo. Com exceção do trabalho de Jeanette Nolen (1988) centrado no estudo da cerâmica comum da *villa* romana do Alto do Cidreira, o estudo em contexto de produção da cerâmica comum da olaria da Quinta do Rouxinol, Seixal, elaborado por um dos signatários (Santos, 2011) e alguns artigos recentes (Silva, 2015; Silva, no prelo; Silva, Nozes, Miranda, 2015; Quaresma, no prelo) as menções a esta “classe” cerâmica têm estado centradas maioritariamente na sua caracterização morfo-tipológica e menos na problemática da sua produção, consumo e distribuição no contexto regional. Diversas circunstâncias concorrem para este facto. Desde logo, a transversalidade cronológica e formal intrínseca destas produções, com limitações evidentes quanto à sua caracterização como indicador contextual. Por outro lado, a natureza da informação disponível, marcada pela ausência de contextos publicados de forma exaustiva e pelo teor desigual da informação traduzido maioritariamente em informações de cariz preliminar ou em referências a estas produções no âmbito de estudos centrados em outros conjuntos cerâmicos, aos quais devemos acrescentar o conhecimento ainda muito incipiente sobre os seus locais de produção e de consumo.

2. A cerâmica comum de Povos

2.1. Composição da amostra: Princípios de quantificação e classificação

O conjunto artefactual estudado é constituído por 464 fragmentos de cerâmica comum de produção local/regional, cinco exógenos e quatro indeterminados, composto essencialmente por bordos e apenas alguns fundos, os quais foi possível enquadrar num modelo tipológico particular. A grande maioria das peças apresenta-se muito fragmentada e de dimensão reduzida, dificultando, em muitos casos, a interpretação da morfologia do objeto como indivíduo completo.

O princípio metodológico seguido para a análise desta coleção teve como base o estudo realizado num dos principais centros oleiros conhecidos do Baixo Tejo (Santos, 2011), a cerâmica de produção local da olaria romana da Quinta do Rouxinol. Ao seguir-se a mesma metodologia torna mais eficaz o enquadramento crono-morfológico das formas cerâmicas dentro do mesmo espaço geográfico, contribuindo de forma cumulativa para o conhecimento deste tipo de produção na região.

Foram registados diversos parâmetros dos fragmentos: Forma e variante tipológica, segundo a lógica da terminologia tipológica das cerâmicas da Quinta do Rouxinol (*Idem*, 2011, p. 36 e 37); caracterização macroscópica dos fabricos cerâmicos; determinação do diâmetro de bordo; identificação da percentagem de diâmetro de bordo conservado (permite contabilizar a estimativa de equivalente de peça, cálculo não realizado neste estudo devido ao pequeno tamanho da amostra) e posicionamento crono-estratigráfico dos indivíduos.

2.2. Fabricos

Com a exceção de cinco peças, os materiais estudados são maioritariamente de origem regional, cerca de 99% do conjunto.

No quadro das produções locais, identificaram-se três matrizes cerâmicas diferentes pertencentes ao grupo regional do Baixo Tejo, compostas por pastas não calcárias, caulínicas e pastas de eventual mistura.

Grupo 1 – Pastas de matriz não-calcária de cor castanho alaranjado com textura variável, podendo ir do fino ao grosseiro. A dureza é frequentemente branda, mas ainda assim com uma presença assinalável de pastas duras, sendo as muito duras raras. Os elementos não plásticos são essencialmente:

- Quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a elevada;
- Palhetas de moscovite com um tamanho que varia entre o fino e o médio e uma presença significativa;
- Pequenos picos ou nódulos maiores avermelhados que podem corresponder a minerais ferruginosos ou cerâmica triturada, com uma frequência geralmente reduzida. A dimensão pode variar entre o fino e o muito grosseiro;
- Podem surgir, mas muito raramente, pequenos pontos, nódulos ou estriamentos brancos decorrentes da contaminação de pastas brancas presentes nas olarias (Santos, 2011, p. 38).

Grupo 2 – Pastas de matriz caulínica de cor bege ou branca com uma textura que pode variar entre média e fina, por vezes pode apresentar vacúolos. A dureza é geralmente branda, porém em peças bem cozidas pode ser bastante dura. Os elementos plásticos são:

- Quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a reduzida;
- Palhetas de moscovite pequenas e com uma presença média;
- Elementos rochosos angulosos ou subarredondados de coloração avermelhada de dimensão muito pequena. A frequência é igualmente reduzida;
- Podem surgir alguns picos de minerais negros de dimensão muito reduzida e frequência rara.

Grupo 3 – Pastas que eventualmente misturam as matrizes não-calcária e caulínica (Grupos 1 e 2). Esta hipótese requer validação através de análises arqueométricas. A coloração centra-se nas gamas dos rosados, bege rosado a rosa avermelhado. A textura varia entre a fina e a média e dureza entre branda e muito dura. Os elementos não plásticos visíveis são os que encontramos nas cerâmicas da região:

- Quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a elevada;
- Palhetas de moscovite pequenas e com uma presença média;
- Nódulos avermelhados que podem corresponder a minerais ferruginosos ou cerâmica triturada, com uma frequência geralmente reduzida. A dimensão pode variar entre o fino e o muito grosseiro.

Entre as produções não locais foram identificados três fabricos, o primeiro com origem centro-italica, o segundo da Bética, mais concretamente na região do Guadalquivir e o terceiro do Norte de África. O primeiro corresponde a um fragmento com parte do vertedor de um almofariz do tipo *Dramont* D2 de pasta bege rosado; as duas peças béticas correspondem a uma tampa de bordo voltado para o interior e parede tendencialmente oblíqua (tipo 4.3.1., Santos, 2011, p. 103) e um fragmento de *dolium* com vestígios de uma asa vertical de rolo, com as típicas pastas de cor bege alaranjada de textura média e dura e quartzos leitosos, minerais negros e micas douradas; finalmente o terceiro está representado por três

fragmentos de cerâmica africana de cozinha, de pasta rosa avermelhada, média com pequenos pontos brancos e minerais negros que permitiram a identificação das tipologias H197 e H23.

2.3. Formas

Surtem representadas, como expectável, todas as formas usadas no quotidiano destas pessoas, desde recipientes de armazenamento, preparação de alimentos, cozinha e serviço de mesa. Importa compreender, dentro das limitações desta amostra, como estas formas e respetivas variantes tipológicas evoluem e se distribuem ao longo do tempo, permitindo aferir hábitos de consumo e, se possível, observar eventuais circuitos de distribuição com base em paralelos regionais.

Quadro 1 Distribuição crono-estratigráfica das formas de cerâmica comum de Povos

FORMAS	N.º DE FRAGMENTOS	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)	FASE 2 (FINAL SÉC. I E SÉC. III)	FASE 3 (SÉC. III A SÉC. V)	FASE IND.	VESTIG.USO (%)
Prato	33	6,98%	3	21	9	12,1
Prato Covo	7	1,48%	1	6	0	28,6
Tigela	64	13,53%	28	21	12	1,6
Bacia	2	0,42%	1	1	0	0,0
Almofariz	13	2,75%	2	10	1	0,0
Alguidar	6	1,27%	1	1	4	0,0
Tacho	81	17,12%	29	25	27	46,9
Pote/Panela	145	30,66%	66	59	20	51,0
Potinho	25	5,29%	12	7	6	24,0
Jarro	21	4,44%	10	8	3	0,0
Bilha	15	3,17%	5	5	1	0,0
Cântaro	4	0,85%	2	0	2	0,0
Talha	7	1,48%	0	4	3	0,0
Tampa	49	10,36%	24	15	10	14,3
Peso	1	0,21%	0	1	0	0,0
Total	473	100,00%	184	184	98	27,9

Em termos absolutos o padrão quantitativo das formas reflete, aproximadamente, o paradigma que se observa no centro produtor da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 125 e fig. 399) e em alguns locais de consumo (Grilo, no prelo; Silva, 2015) ou seja, uma maior presença de formas de cozinha e/ou armazenamento, seguidas das formas de serviço à mesa.

Por se tratar de um contexto de consumo é interessante verificar a percentagem de peças (28%) que apresentam vestígios de utilização ao fogo, através da patine de fuligem e resíduos carbonizados. Efetivamente, as formas que apresentam maior número de vestígios de uso ao fogo são as que pressupunham ter função culinária, como as panelas, onde se registam 51% e os tachos com 47%. Os pratos covos (29%) e os potinhos (24%) também mostram uma presença significativa de peças com função culinária. As tampas são um objeto acessório que permite fechar recipientes com funções muito diversificadas, onde apenas 14% apresentam sinais de utilização em ambiente culinário. A ausência de marcas de fogo em determinadas formas, sobretudo peças fechadas e de perfil alto, não pode ser encarada como uma caracte-

rística de exclusão funcional, essencialmente quando o conjunto é composto por peças muito fragmentadas e o estudo focado principalmente nos bordos.

Existe, por mera coincidência, uma representatividade equitativa entre os materiais com contexto crono-estratigráfico, consubstanciada por 184 indivíduos em cada fase, oriundos de contextos de abandono e de remobilização construtiva. Subsistem porém, 98 peças cuja crono-estratigrafia não foi possível determinar e que foram integradas como conjuntos sem crono-estratigrafia precisa (quadro 1) ou conjuntos sem faseamento definido. Por esse propósito, devemos observar algumas reservas quanto à validação das interpretações sobre alguns conjuntos de cerâmica comum do local.

2.3.1. Variantes Tipológicas

No tocante aos contextos de produção de cerâmica comum conhecidos para o Baixo Tejo, com exceção do estudo centro oleiro da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011), contamos unicamente com notícias preliminares para outros centros oleiros da região: Porto dos Cacos (Alcochete), Garrocheira (Benavente), Porto Sabugueiro (Muge), centrados fundamentalmente na análise dos contentores anfóricos (Amaro, 1990; Cardoso, Rodrigues, 1996; Amaro, Gonçalves, 2016) e com alguns dados de locais de consumo da região de Lisboa e do Baixo Tejo.

Tendo como base os elementos estatísticos de contextos já estudados realizar-se-á uma análise comparativa dos dados, focando, no entanto, apenas alguns aspetos que justifiquem destacar, nomeadamente morfologias pouco documentadas até ao momento e eventuais flutuações de determinadas variantes ao longo do tempo. FIG. 2

2.3.1.1. Pratos

Quadro 2 Pratos. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.1.2.1	2	6	3
1.1.2.2	1	4	2
1.1.3.2	0	5	1
1.1.3.4	0	5	2
1.1.5.1	0	1	1

Segundo os dados disponíveis, os pratos de Povos encontram-se com maior frequência nos estratos de cronologias Baixo-imperiais, estando identificadas cinco variantes. No entanto, regista-se a presença das variantes 1.1.2.1. e 1.1.2.2. na fase Alto-imperial, como acontece na *villa* romana do Alto do Cidreira (Nolen, 1988, estampa VIII, n.º 55) e na *villa* das Almoí-nhas, em Loures, onde ocorrem em contextos datados dos finais do século I/meados do séc. II d.C. (Fernandes, 2007, estampa XXIV, n.º 82). Entre os primeiros (Fig. 2, 826, 1810), destaca-se a presença de exemplares semelhantes a produções da Quinta do Rouxinol com a ligeira inflexão no fundo (1752), também registados em outros contextos da região (Filipe, Quaresma, Leitão, Almeida, 2016), assim como a presença de versões modelares no âmbito da variante 1.1.2.2. (2283), um dado já comprovado a nível regional (Santos, 2011; Grilo, no prelo; Rocha e Grilo, no prelo).

Uma variante bem documentada em Povos na fase Baixo-imperial é a 1.1.3.4. (1969), cuja morfologia recorda a forma Hayes 61 (1972, p. 100-104) e que encontra ampla representação regional no baixo Tejo (Santos, 2011, p.55; Grilo, 2014; Santos *et. al.*, 2015; Grilo, no prelo).

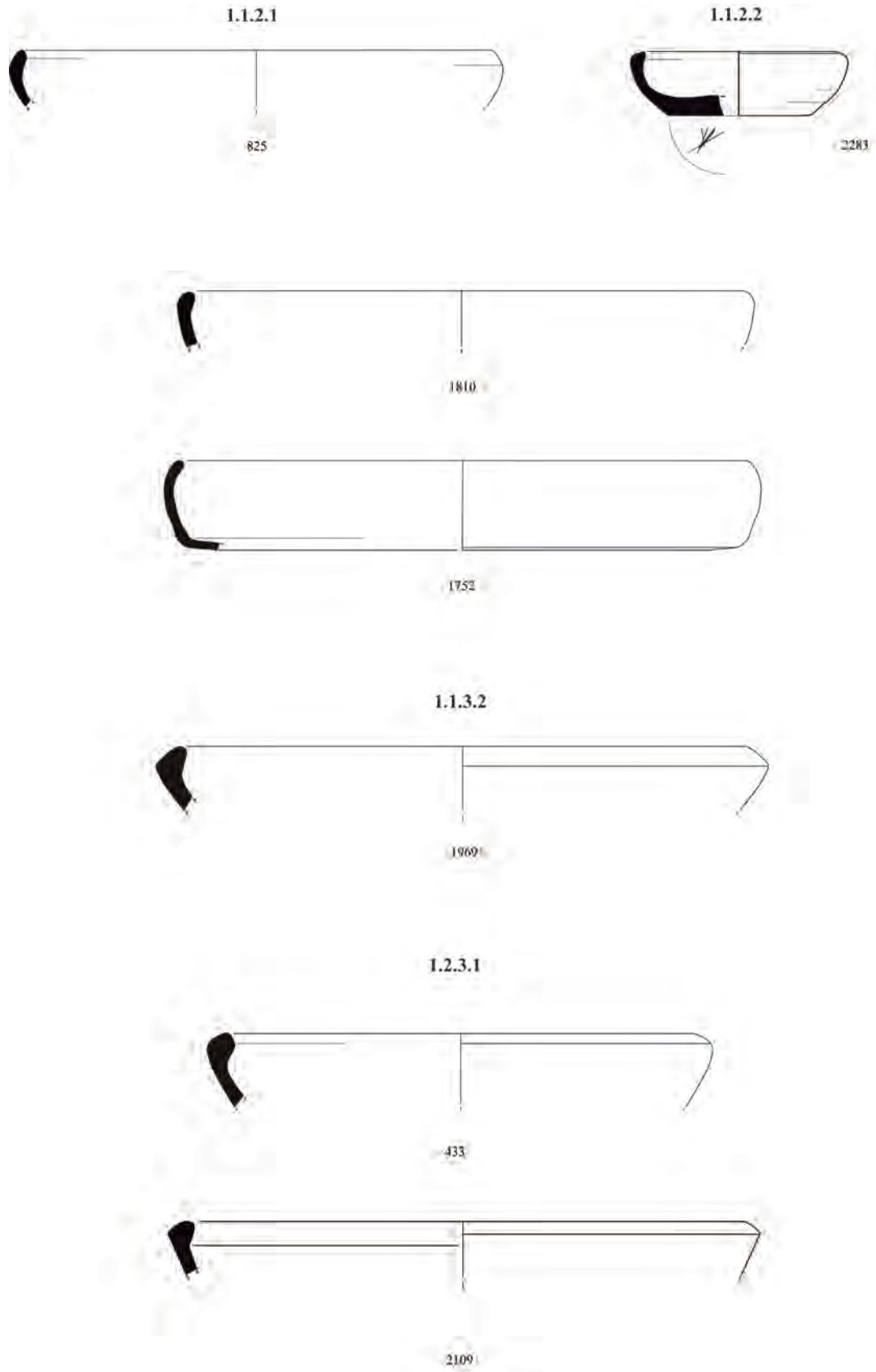


Figura 2
Pratos e pratos covos

2.3.1.2. Pratos Covos

Quadro 3 Pratos covos. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.2.3.1	1	5	0

No que concerne aos pratos covos apenas foi identificada a variante 1.2.3.1. (Fig. 2, 433, 2109), uma variante comum, bem representada na região, na última fase de funcionamento da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 58), nos níveis de abandono das cetárias do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, datados da primeira metade do século V d.C. (Amaro *et al.*, 1995, p. 46, n.º 134 e 136; Grilo, no prelo) e na Rua dos Fanqueiros (Diogo, Trindade, 2000, Fig.10). Parece tratar-se de uma forma largamente produzida em momentos tardios e relativamente rara nos níveis do século III, ao contrário do que parece acontecer em Povos.

2.3.1.3. Tigelas

Quadro 4 Tigelas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.3.2.1.	14	5	6
1.3.2.2.	0	7	0
1.3.2.3.	13	2	4
1.3.2.6.	1	0	0
1.3.4.2.	0	1	0
1.3.4.5.	2	5	0
1.3.4.6.	0	1	0
1.3.4.10.	1	0	0

Entre as tigelas cabe registar o domínio da variante 1.3.2.1. com exemplares de bordo direito por vezes espessado (Fig.3, 2068 e 868) ou ligeiramente oblíquo (731), que corresponde a uma variante simples e bem documentada na região olisiponense (Nolen, 1988, Estampa VI, n.º 23 e Estampa VII, n.º 28; Cardoso, 2012, estampa X, n.ºs 3-5) em cronologias do Alto e Baixo-império. Ainda assim, e tomando como ponto de partida a olaria da Quinta do Rouxinol, verifica-se que a 1.3.2.1. surge bem representada na Fase 2 de Povos, na charneira do Alto para o Baixo Imperio, perdendo toda a expressão na fase final de ocupação do lugar, ao contrário do que acontece naquele centro oleiro, onde se mantém com bastante força entre 300 e 425+ d.C. (Santos, 2011, p. 60 e fig. 56). Com efeito, embora a variante 1.3.2.1. destaque maior expressão nos contextos alto-imperiais do sul da Lusitânia (Pinto, 2003, 221-225), possui, na região, produção atestada ao longo dos séculos IV e V no Porto dos Cacos (Raposo, Duarte, 1996, fig. 9, n.º 1 e 2) e surge ainda com forte expressão num contexto de lixeira datado dos séculos IV e V d.C., na *villa* romana das Almoínhas, Loures (Pais, 2007, estampa I, n.º 3, estampa II, n.º6).

Já as tigelas do tipo 1.3.2.2. (491, 2950) parecem inspirar-se morfológicamente no modelo exógeno de terra *sigillata* africana Hayes 14 (Santos *et al.*, 2015, p.133), revelando-se coerentes com uma maior presença na terceira fase de ocupação de Povos e estão também presentes entre os materiais da *villa* romana das Almoínhas, Loures, nos contextos de cons-

trução da fase 3 (Fernandes, 2007, estampa VI, n.º 10 e 11). No vale do Sado, encontramos igualmente formas afins a esta variante em contextos da segunda metade do século II d.C. na Travessa de João Galo (Silva, Soares, 2014, fig. 9, n.º 45).

Outra presença relevante é a variante 1.3.2.3. na Fase 2 de Povos, uma forma frequente nos contextos tardo-republicanos e Júlio-Cláudios da região de *Olisipo* e no Vale do Tejo (Bugalhão *et al.*, 2013; Pimenta, 2013; Silva, 2015; Silva, Nozes, Miranda, 2015, p. 13), inspirada nos modelos itálicos das séries *Conspectus* 7 e 8 e nas suas reproduções hispânicas tipo Peñafior, como foi sugerido em trabalho recente (*Idem*, 2015, p. 13). Em Povos está representada nas produções da designada “cerâmica cinzenta” (706 e 811) com pastas medianamente depuradas e em produções em cozedura oxidante, (487, 869) um dado já registado, pelo menos, desde a segunda metade do século I a.C. (Pimenta, 2013, p.73, n.º 6) no Monte dos Castelinhos, Vila Franca e mais recentemente no contexto da Rua dos Remédios, em Lisboa, datado da época de Cláudio (Silva, 2015). Embora as primeiras estejam já distantes das suas congêneres de época sidérica, mais finas e depuradas com acabamentos cuidados, parece manter-se na região do Baixo Tejo uma tradição de produção de recipientes na designada “cerâmica cinzenta” que continuam em uso ao longo da primeira metade do século I. d.C..

A sua expressão na fase 2 de Povos está intimamente relacionada com a sua cronologia de produção e circulação, já que parece tratar-se de uma forma que desaparece progressivamente dos conjuntos cerâmicos da segunda metade do século I. d.C. Contudo, uma característica peculiar entre os exemplares desta forma em Povos é a execução do fundo, que destaca em algumas peças um “botão” central, efetuado numa pasta distinta da restante peça e que poderá estar relacionado com uma técnica de conformação particular ou com um reforço do próprio fundo (Fig. 10). Situações similares ocorrem também nos contextos tardo-republicanos do Castelo da Lousa, embora em diferentes tipos formais (Pinto, 20, p.246).

Outra das formas que parece buscar inspiração nas cerâmicas finas, mais concretamente na forma Drag 27 em TSG e TSH é a variante 1.3.2.6., representada apenas por um exemplar (embalado nos níveis da segunda fase, o que reforça a sua coerência contextual. Ostenta um perfil arqueado com o quarto superior desenvolvido, como os seus protótipos em *sigillata* hispânica dos séculos II e III (Paz Peralta, 2008) e um espessamento do bordo.

São reconhecidos outros exemplares desta variante em contextos de consumo da área urbana de Lisboa, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros como material residual associado aos contextos de abandono do local (Grilo, no prelo) e no seu território, na *villa* romana da Quinta da Bolacha, Amadora, como material residual num contexto do Baixo-império (Quaresma, no prelo), na *villa* romana de Freiria (Cardoso, 2002, fig. 252, n.º 8). Devemos também realçar a produção desta forma na olaria romana da Garrocheira, Benavente (Amaro e Gonçalves, 2016, p.52, fig. 8, n.º 41) em cronologias alto-imperiais coetâneas com a o faseamento estratigráfico de Povos. FIGS. 3 E 4

2.3.1.4. Bacias

Quadro 5 Bacias. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.4.4.2.	0	1	0
1.4.5.	1	0	0

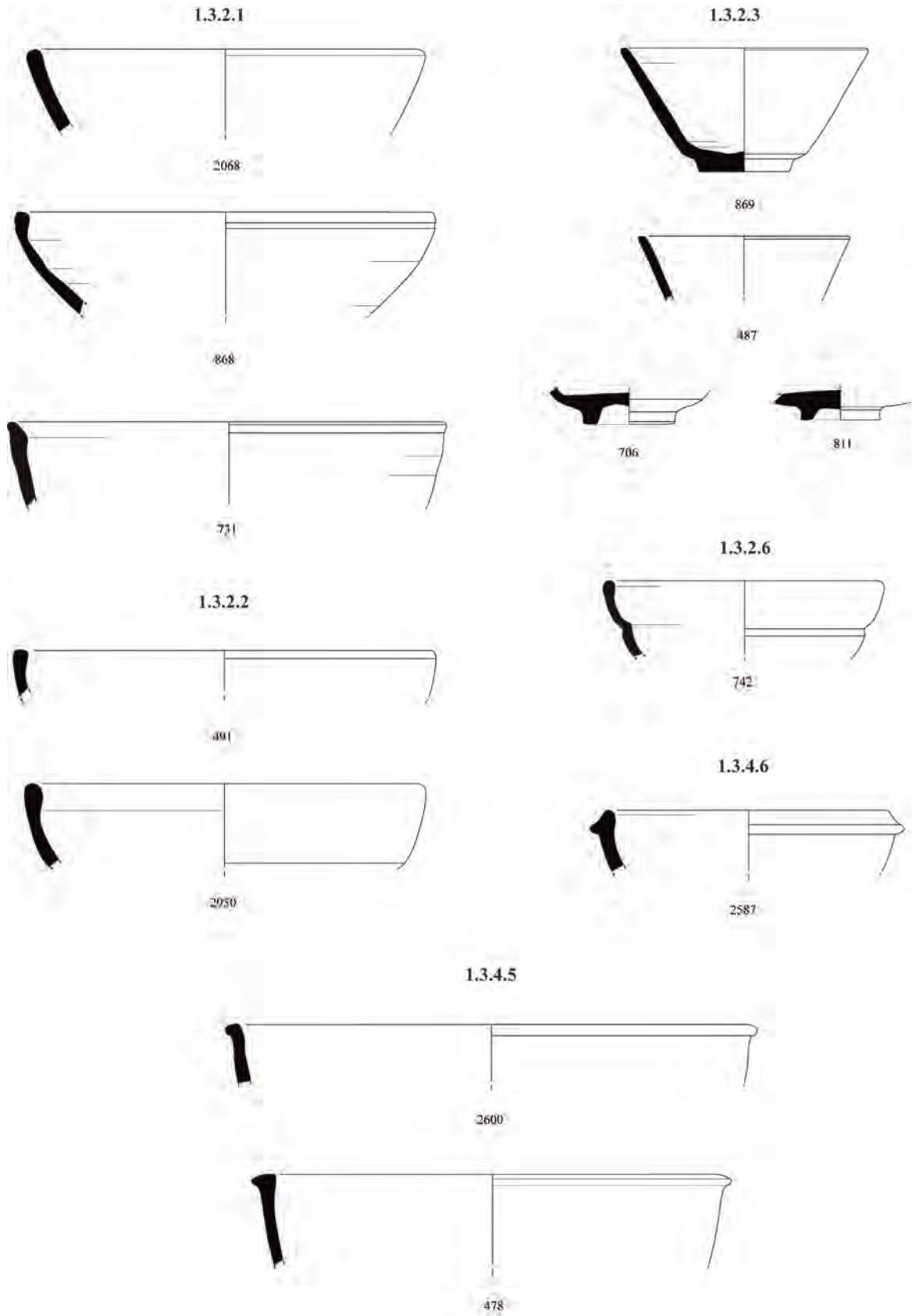


Figura 3
Tigelas

0 10cm

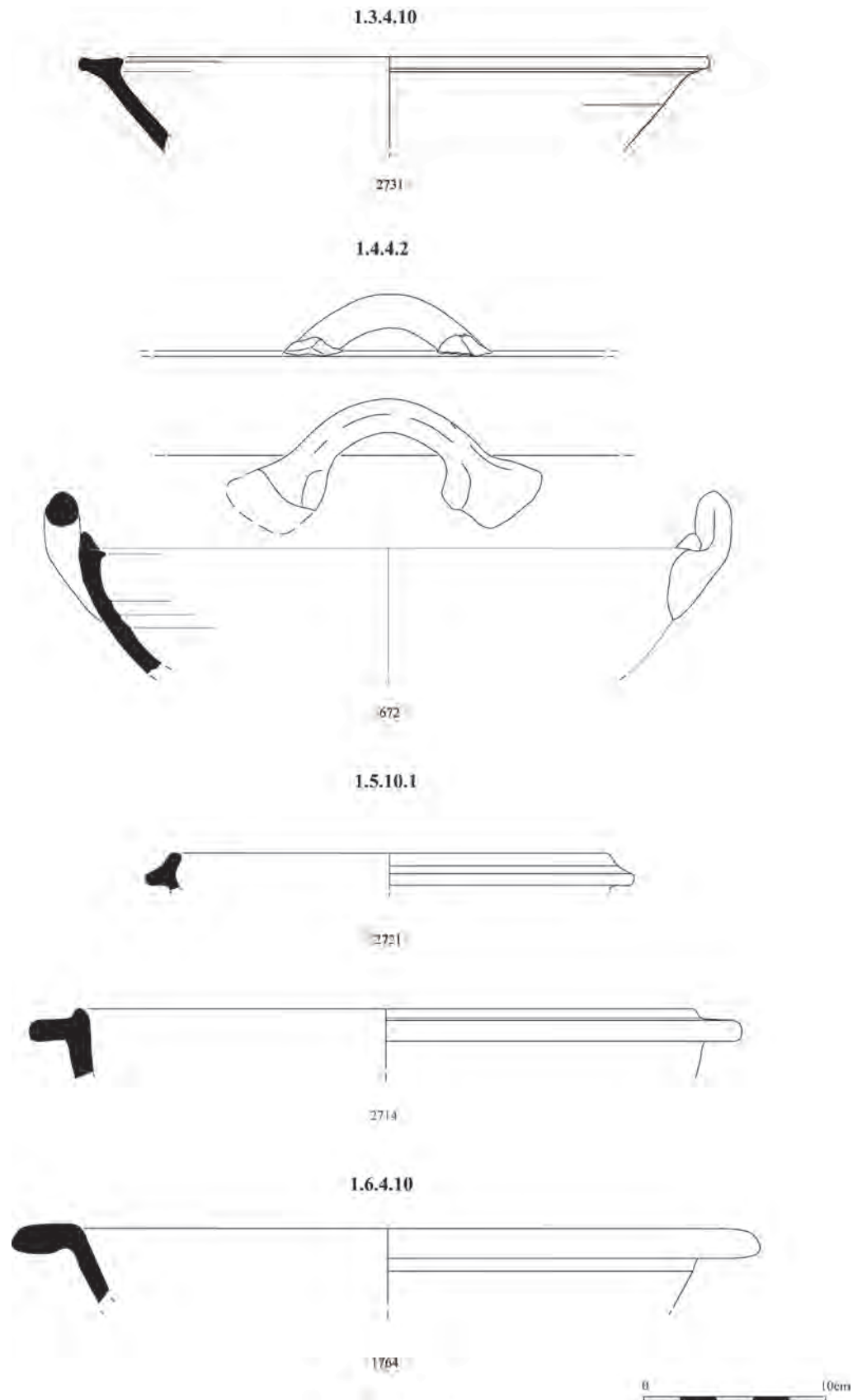


Figura 4
Bacias, Alguidares e
Almofarizes

Identificaram-se apenas dois exemplares de bacias, um dos quais (1.4.5.) parcialmente conservado com uma asa horizontal completa, que recolhido em contextos da fase 2 (Fig. 4, 672). Exemplares semelhantes são produzidos na Quinta do Rouxinol, Seixal em contextos datados de 235-300 d.C. (Santos, 2011) o que reforça a hipótese da produção desta forma poder ser recuada, ou, das próprias cronologias da fase 2 de Povos poderem avançar até finais do século III.

A presença do bordo estará relacionada com a eventual colocação de uma tampa, embora o exemplar de Povos não apresente vestígios de exposição a fogo e possa ter mantido outra função no âmbito da utilização e preparação de alimentos a frio, ou, como tem vindo a ser sugerido, no contexto de loiça de noite e de higiene pessoal (Casas I Genover *et al.*, 1995, p. 118; Santos, 2011, p.69). Entre o espólio da *villa* romana das Almoínhas destaca-se um exemplar com asas cegas ou eventuais pegas de suspensão recuperado num contexto de finais do século I a meados do século II d.C. (Fernandes, 2007, estampa XXXI, n.º 99) que pode ser incorporado neste grupo, sublinhando a sua diversidade formal na produção oleira da região.

2.3.1.5. Almofarizes

Quadro 6 Almofarizes. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.5.10.	0	1	0
1.5.10.1	0	4	0
1.5.10.2	0	3	0
1.5.11	0	1	0
1.5.5.2	0	0	1
Dramt. D2	1	0	0

Em Povos, as variantes mais representadas de almofarizes (Fig. 4, 2721, 2714) correspondem às variantes documentadas na área urbana de Lisboa, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em contextos da primeira metade do século V d.C. (Grilo, no prelo). A variante 1.5.10.1. está igualmente representada na Quinta da Bolacha, Amadora, num contexto datado de 425-475 (Quaresma, no prelo, Fig. 7, n.º 8) e em Freiria, Cascais (Cardoso, 2002, fig. 262, n.º 10).

É interessante observar que os almofarizes de produção local de Povos concentram-se essencialmente na terceira fase de ocupação do sítio, o que deverá estar relacionado com o facto de o nicho estar a ser preenchido por peças importadas da Bética nos momentos mais antigos de Povos (Quaresma, 1995/1997) e da Península Itálica.

2.3.1.6. Alguidares

Quadro 7 Alguidares. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.6.4.2	0	0	4
1.6.5.1	0	0	1

Identificaram-se raros fragmentos de alguidar, sendo também impossível contextualizá-los cronologicamente. No entanto, é sobretudo em horizontes baixo imperiais que encontramos

estas formas bem documentadas na região, tanto em contextos de produção no centro oleiro da Quinta do Rouxinol, (Santos, 2011) como de consumo, nos ambientes fabris da Rua dos Correeiros (Amaro, Bugalhão, Sabrosa, 1996, p.203; Grilo, no prelo).

2.3.1.7. Tachos

Quadro 8 Tachos. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.1.4.2	0	2	1
2.1.4.3	9	3	4
2.1.7.1	11	15	15
2.1.7.2	5	5	7
H.23	1	0	0
H.197	2	0	0

Os tachos são sempre uma das formas mais comuns nos contextos de época romana, Povos não é uma exceção. Durante o estudo foram registadas seis variantes de tachos, embora duas destas estejam fora do âmbito deste trabalho, por se tratar de formas em cerâmica africana de cozinha, Hayes 23 e 197. A variante 2.1.7.1. é habitualmente muito frequente em contextos do Baixo-império, a partir do Século III, sendo por isso interessante observar tão forte ocorrência nos níveis da Fase 2 de Povos e quase a par com a Fase 3. O mesmo sucede com as outras duas variantes, também mais comuns no Baixo-império. [FIGS. 5 E 6](#)

2.3.1.8. Potes/Panelas

Quadro 9 Potes/panelas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.2.1.1	1	0	0
2.2.1.2	1	0	0
2.2.2.1	0	4	0
2.2.2.2	5	9	2
2.2.2.3	0	1	0
2.2.2.4	0	1	1
2.2.4.1	13	20	5
2.2.4.2	4	0	0
2.2.4.3	2	6	8
2.2.4.4	3	0	2
2.2.5.1	22	1	1
2.2.6.1	5	0	0
2.2.9.1	4	2	0
2.2.9.2	2	0	0

Os Potes/Panelas são de longe a forma mais comum em Povos e com maior variação tipológica. Entre estes, destaca-se a presença do único exemplar (Fig. 6, 2744) da variante 2.2.2.1., uma forma característica da região do Baixo Tejo em época baixo imperial, nos estratos associados à fase 3. Corresponde a uma das produções mais representadas da olaria

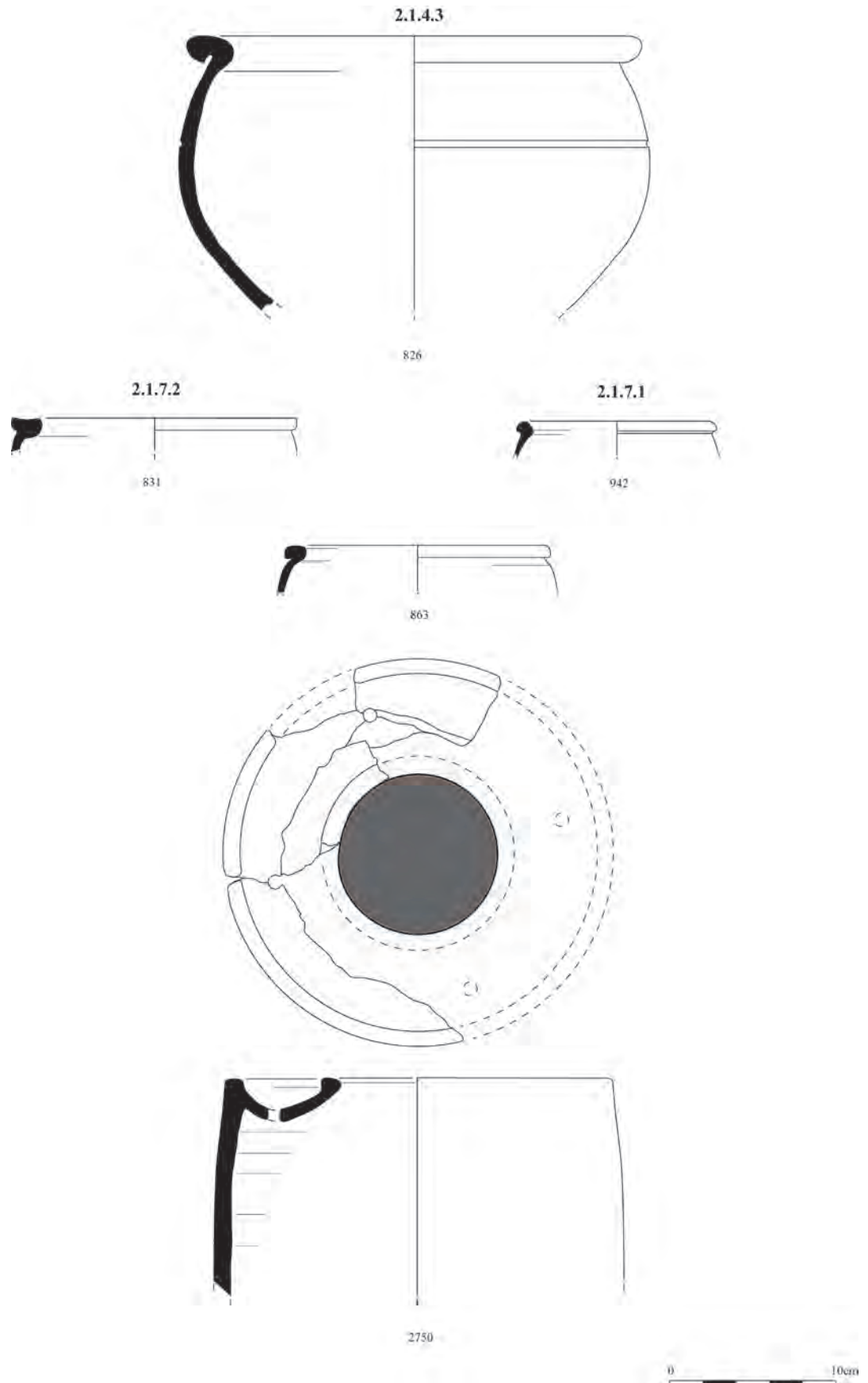


Figura 5
Tachos e potes/
panelas

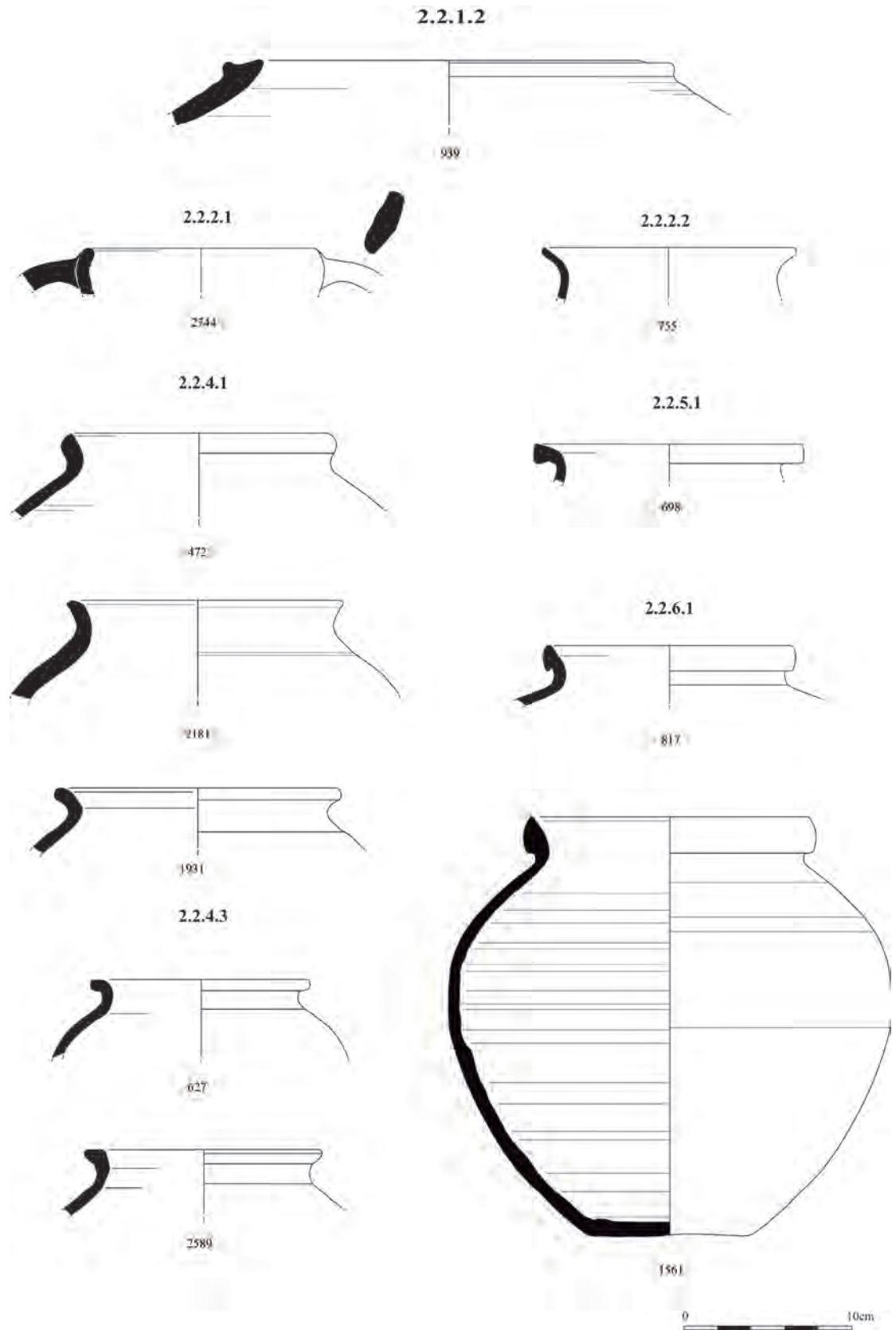


Figura 6
Potes/panelas

da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, estampa XXI), estando presente em abundância nos locais de consumo no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Gaspar, in Amaro *et al.*, 1995, p. 47, n.º 144; Grilo, no prelo) e na Rua dos Fanqueiros (Diogo, Trindade, 2000, fig. 10, n.ºs 44-45) em contextos da primeira metade do século V d.C., no Alto do Cidreira, (Nolen, 1988, p. 128) na *villa* romana de Freiria (Cardoso, 2002, fig. 269, n.ºs 3 e 4) e na *villa* das Almoínhas, num contexto de lixeira Baixo-imperial (Pais, 2007, estampa XV, n.º 15).

Outro dado a registar é a ampla longevidade da variante 2.2.2.2., (755) bem representada nas fases de ocupação de Povos, com maior expressão na fase 3, facto igualmente coerente com os dados da Quinta do Rouxinol, onde esta forma é produzida maioritariamente entre a segunda metade do século IV e os inícios do século V (Santos, 2011, p.81). É uma variante também registada na região sadina na Courela dos Chãos (Coelho-Soares, 1987, fig. 3, n.º 28) em momentos tardios.

Porém, o domínio pertence à variante 2.2.4.1. (472, 1931 e 2181) em ambos os horizontes da ocupação de Povos, com maior significado na fase 3. Trata-se de uma forma muito bem documentada na região Olisiponense e de largo espectro cronológico, cuja produção está atestada na olaria romana da Garrocheira em Benavente, (Amaro, Gonçalves, 2016, fig.7, n.º 27) Porto dos Cacos (Raposo, Duarte, 1996, p.265) e na Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 82).

Já a variante 2.2.4.4. apresenta lábio apontado ou arredondado mais ou menos vertical que possivelmente enquadraria uma tampa (Fig. 6, 876) e está registada em Povos por três exemplares pertencentes à fase 2 que encontram paralelos nos contextos olisiponenses de época Cláudio-Neroniana (Silva, 2015, fig. 7, n.º 124, 148, 425) onde prima pela quer pela expressão, como pela diversidade de perfis. Embora se tratem de formas com alguma longevidade, (Pinto, 2003, p.380) a maioria dos contextos onde encontramos paralelos para estas formas situa-se entre os finais do século I e o século III d.C. São disso exemplos as peças recolhidas nas entulheiras de Porto Sabugueiro, Muge (Cardoso, Rodrigues, 1996, Fig. 1, n.º 10, Fig. 2, n.º 11) e nos depósitos do forno 3 da *villa* romana das Almoínhas, datados do século I ao século III d.C. (Silva, 2007, estampa XIX, n.º 49).

É também muito significativa a grande expressão da variante 2.2.5.1 (Fig.6, 698), igualmente com presença comprovada nos contextos olisiponenses de cronologias de meados do século I d.C. (Moita, 1967; Silva, 2015, Estampa 7, n.º 1070) na fase 2, diminuindo drasticamente na fase 3. Além da sua presença em locais de consumo de cronologias alto-imperiais, exemplares de potes/panelas de bordo simples voltado para o exterior, por vezes ligeiramente descaído, têm produção atestada na *figlina* do Morraçal da Ajuda em Peniche (Cardoso, *et al.*, no prelo, p. 16), encontrando-se igualmente entre as entulheiras da olaria romana de Porto Sabugueiro, Muge, em contextos dos séculos I ou II d.C. (Idem, 2014; Cardoso, Rodrigues, 1996, fig. 2, n.º 13) e na estratigrafia do forno 3 da *villa* romana das Almoínhas, datada do século I ao século III d.C. Silva, 2007, estampa IX, n.º 24). Devemos, pois, considerá-la como uma forma típica de contextos Alto imperiais.

À fase 2 pertencem ainda os cinco exemplares da variante 2.2.6.1. (Fig. 6, 817, 1561) que encontram paralelos nos contextos Alto-imperiais de Lisboa, na Rua dos Remédios (Silva, 2015) ou no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em contextos da primeira metade do século I d.C. (Grilo, no prelo).

Por último, e ainda neste âmbito cronológico, devemos salientar a variante 2.2.9.2. (Fig. 7, 796, 870). Destaca-se essencialmente por possuir um quarto superior desenvolvido, espessamento interno do bordo e uma maior ou menor abertura. Em Lisboa encontramos paralelos desta forma nas cerâmicas comuns de produção bética, frequentes em contextos de

Tibério a Nero (Silva, 2015) e em produção lusitana, tal como os exemplares de Povos e da Rua dos Remédios (*Idem*, 2015, p.60), estes últimos com cronologias de meados do século I d.C. A produção destas formas em fabricos lusitanos parece desenvolver-se somente desta fase, estando ausentes da lixeira Tiberiana de Abul, onde apenas se atestam exemplares de produção meridional hispânica (Mayet, Silva, 2002, p.45).

Trata-se de uma forma que também terá sido produzida na olaria romana da Garrocheira em Benavente (Amaro, Gonçalves, 2016, fig. 8, n.º 29) e na Quinta do Rouxinol entre os finais do século II e os inícios do século V d.C. (Santos, 2011, p.83, estampa XXIV), embora estas últimas se distingam das primeiras pelo perfil menos sinuoso, o bordo menos contra-curvado e o colo mais curto, aí designado na variante 2.2.9.1..

Na classe dos potes/panelas existem pelo menos 51% de peças que comprovadamente terão sido usadas para fins culinários, apresentando marcas de fogo. Contudo, as formas 2.2.4.1. e 2.2.5.1. evidenciam cerca de 75% dos exemplares com vestígios de queimado, sugerindo uma clara preferência destas duas variantes para fins culinários.

Cabe ainda salientar a presença do exemplar 2750, (Fig. 5) um pote ou vaso de perfil cilíndrico e bordo voltado para o interior perfazendo uma ligeira aba ou “pestana” com pequenos orifícios circulares. Esta forma, de produção local, recorda, em dimensões superiores, as formas de *terra sigillata* sudgálica e hispânica vulgarmente conhecidas como tinteiros, embora também estejam reconhecidas formas semelhantes em cerâmica comum que terão desempenhado funções de diversos âmbitos (Olcese, 2010, p. 224, estampa XLVI, n.º 24). Efetivamente, este exemplar poderá ter sido utilizado no contexto de armazenamento de um líquido nobre, uma vez os orifícios na aba interna permitiriam a recolha do líquido novamente para o interior da peça.

2.3.1.9. Potinhos

Quadro 10 Potinhos. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.3.2.1	0	1	0
2.3.3.1	2	2	1
2.3.4.1	9	1	3
2.3.4.2	1	0	0
2.3.4.3	0	1	0
2.3.9.1	0	2	1

Identificaram-se seis tipos de potinhos, cujas formas são as mais comuns nos contextos de época romana baixo imperial. Funcionalmente esta classe é um pouco ambígua, sendo algumas vezes associado ao consumo de líquidos, funções culinárias ou a utilizações diversas. Apenas as sub-variantes 2.3.4.1./4.2. apresentam vestígios de terem sido usadas ao fogo.

2.3.1.10. Jarros

Quadro 11 Jarro. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.4.2.1	0	1	0
2.4.4.2	4	6	2
2.4.14.1	6	1	0

Apenas se contabilizam três variantes de jarros, tal como sucede na olaria romana da Quinta do Rouxinol, onde estes são os tipos mais comuns (Santos, 2011, fig. 244).

A variante 2.4.4.2. com maior destaque na fase 3 (Fig.8, 128), corresponde a uma forma frequente nos contextos olisiponenses dos séculos I e II d.C. (Silva, no prelo) e no seu território (Cardoso, 2012; 2015). É uma forma de grande longevidade, produzida no Morraçal da Ajuda, (Cardoso, *et al.*, no prelo, fig. 27, n.º 38-43), no vale do Sado no atelier do Pinheiro (Mayet, Silva, 1998) em contextos alto-imperiais e no vale do Tejo na Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, estampa XXVIII) e no Porto dos Cacos. Nesta última olaria observa-se também a presença de exemplares de maior dimensão, com colos mais alongados e cilíndricos (Raposo, Duarte, 1996, fig. 8 n.ºs 1-5).

A produção lusitana da variante 2.4.14.1. é relativamente antiga, correspondendo a exemplares de jarros trilobados de boca e colo curto, generalizados nos contextos alto e baixo imperiais da região.

2.3.1.11. Bilhas

Quadro 12 Bilhas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.5.2.1.	0	0	1
2.5.4.4.	1	0	0
2.5.5.1.	2	1	0
2.5.13.2.	0	1	2
2.5.13.2.1.	0	0	1
2.5.14.	0	1	1
2.5.14.1.	2	1	0

Apesar de identificadas apenas cinco variantes de bilhas e de corresponderem, no global, a muito poucas peças, revelam alguns aspetos que merecem ser discutidos.

A variante 2.5.5.1. (Fig. 8, 425, 717, 1009) parece corresponder a uma forma do Alto império reconhecida nas produções de origem bética que possui escassos paralelos na região do Baixo Tejo. Encontramos apenas em Freiria, um exemplar similar, com bordo de secção triangular, em ligeira aba demarcada (Cardoso, 2015, p.401, fig. 254, n.º 2). No vale do Sado, exemplares desta variante estão representados na Travessa de Travessa de João Galo, n.ºs 4-4B, em contextos da fase 2 entre o terceiro quartel do século I e a primeira metade do século II d.C. (Silva, Soares, 2014, fig. 6, n.º 27).

Enquadrámos na variante 2.5.5.4. as designadas bilhas coadoras ou jarras com filtro, reconhecidas maioritariamente pela presença dos bicos ou orifícios tubulares cónicos. O exemplar de Povos (828) corresponde a um fabrico de pasta fina e muito depurada, de colo cilíndrico com vestígios de brunimento, semelhante aos exemplares recolhidos no contexto da Rua de S. Mamede, Lisboa (Mota *et al.*, neste volume). Possui profundas similitudes formais e de fabrico (com a pasta do tipo A) com os exemplares identificados em *Emerita Augusta*, colocando-se a hipótese de tratarem de recipientes daquela região, cuja produção se centra entre a segunda metade e os finais do século I d.C. (Bustamante Álvarez, 2011, p.68-69, fig. 53) ou hipoteticamente da região alto-alentejana, uma vez que o perfil de bordo e colo do nosso exemplar se aproxima a alguns exemplares de bilhas simples daquela região (Nolen, 1985, estampa XI, n.º 76 e estampa XII, n.º 77).

Já a variante 2.5.13.2.1. (874) corresponde a uma forma pouco documentada na região, com paralelos mais ou menos aproximados que podem ser identificados entre o espólio da necrópole do Porto dos Cacos, Alcochete, embora numa produção em pasta calcária (Monteiro, 2012, Fig. 53, 3805) e no vale do Sado, no Atelier do Pinheiro, onde se conhecem exemplares relativamente similares, destacando, contudo, um bordo e colo mais alongados (Mayet, Silva, 1998).

2.3.1.12. Cântaros

Quadro 13 Cântaros. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.6.4.1	2	0	0

Os cântaros são peças complicadas de classificar, pois esta classe pode ser confundida por jarros, embora estes sejam mais pequenos, por potes ou até por ânforas. Uma das principais características para uma identificação correta é ser um contentor para líquidos monoasado. Identificou-se neste conjunto fragmentos que poderão corresponder a cântaros do tipo 2.6.4.1. FIGS. 7, 8 E 9

2.3.1.13. Talhas

Quadro 14 Talhas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.8.	0	3	1
2.8.1.1	0	0	1
2.8.1.2	0	0	1
2.8.7.1	0	1	0

Fragmentos de grandes contentores de armazenamento como os *dolia*, são muito raros neste conjunto, facto que deve resultar de um problema de amostra. Um destes corresponde a um fundo de talha de origem regional, o outro provém da Bética e corresponde a uma parte do ombro da peça onde ainda se conserva uma porção de uma asa de rolo, muito semelhante ao que se observa nas ânforas Dressel 20. Uma terceira peça, integrada na variante 2.8.7.1., (Fig. 9, 2010) apresenta uma decoração ondulada incisa efetuada antes da cozedura e encontra paralelos na região, desde contextos antigos até ao Baixo-império (Pimenta, Mendes, 2012, p.138, 4; Pimenta, Mendes, 2014, p.271, n.º 2).

2.3.1.14. Tampas

Quadro 15 Tampas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
4.1.	2	0	0
4.1.1	0	2	0
4.1.2	9	5	5
4.1.3	0	0	1
4.3.1	6	4	2
4.3.2	1	2	1
4.4.1	4	1	0

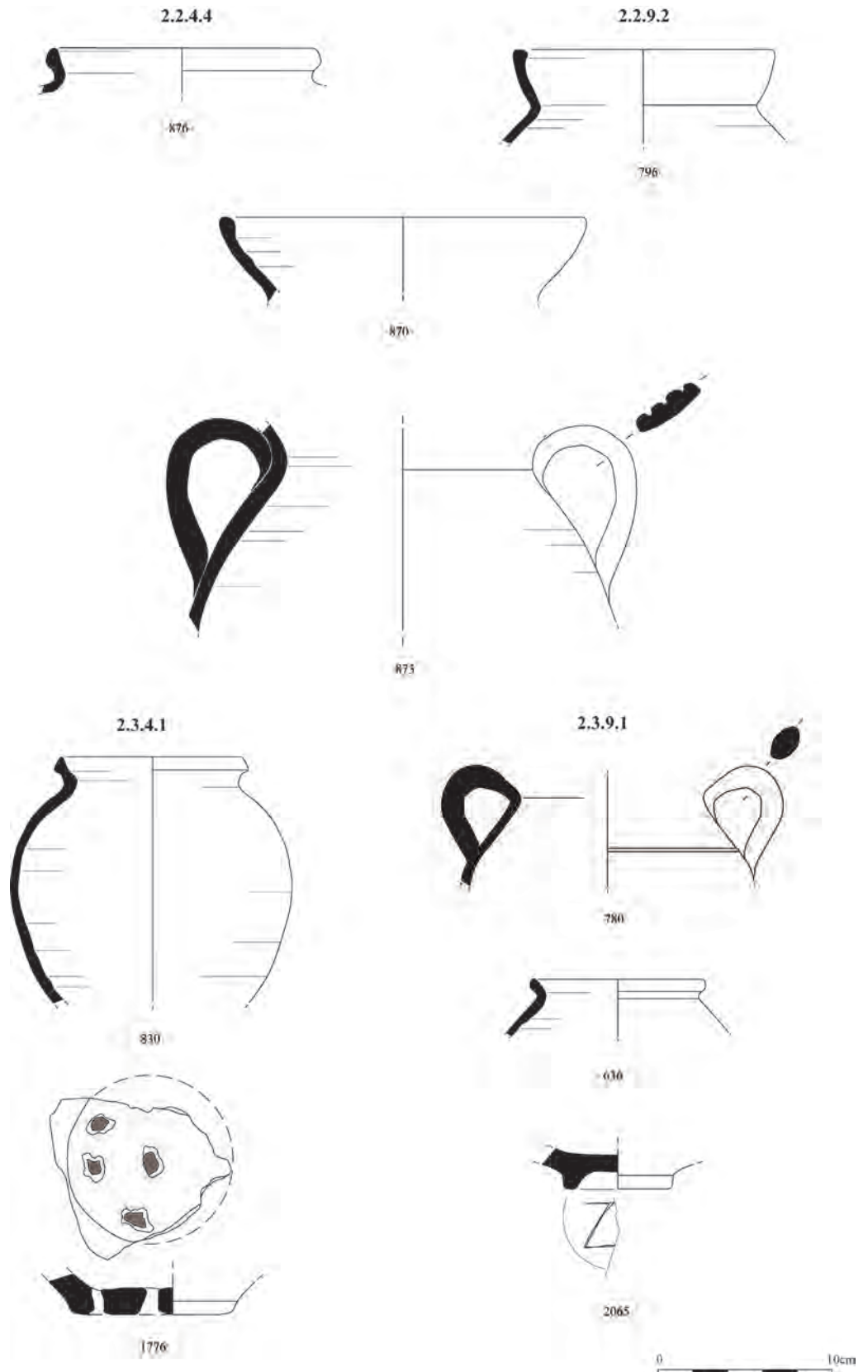


Figura 7
 Potes/panelas e
 potinhos. Fundos
 indeterminados com
 particularidades.

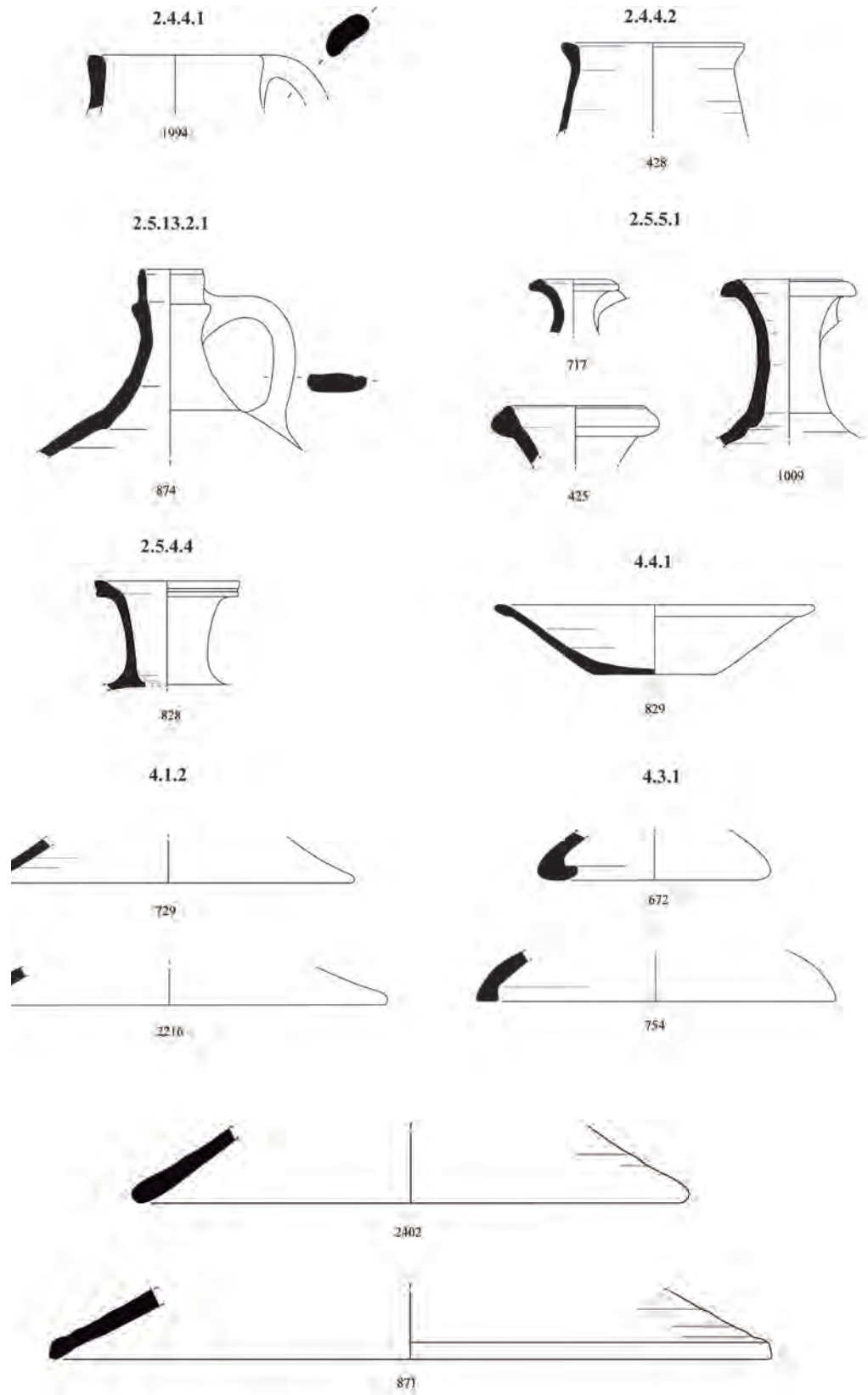


Figura 8
Jarros, bilhas e tampas

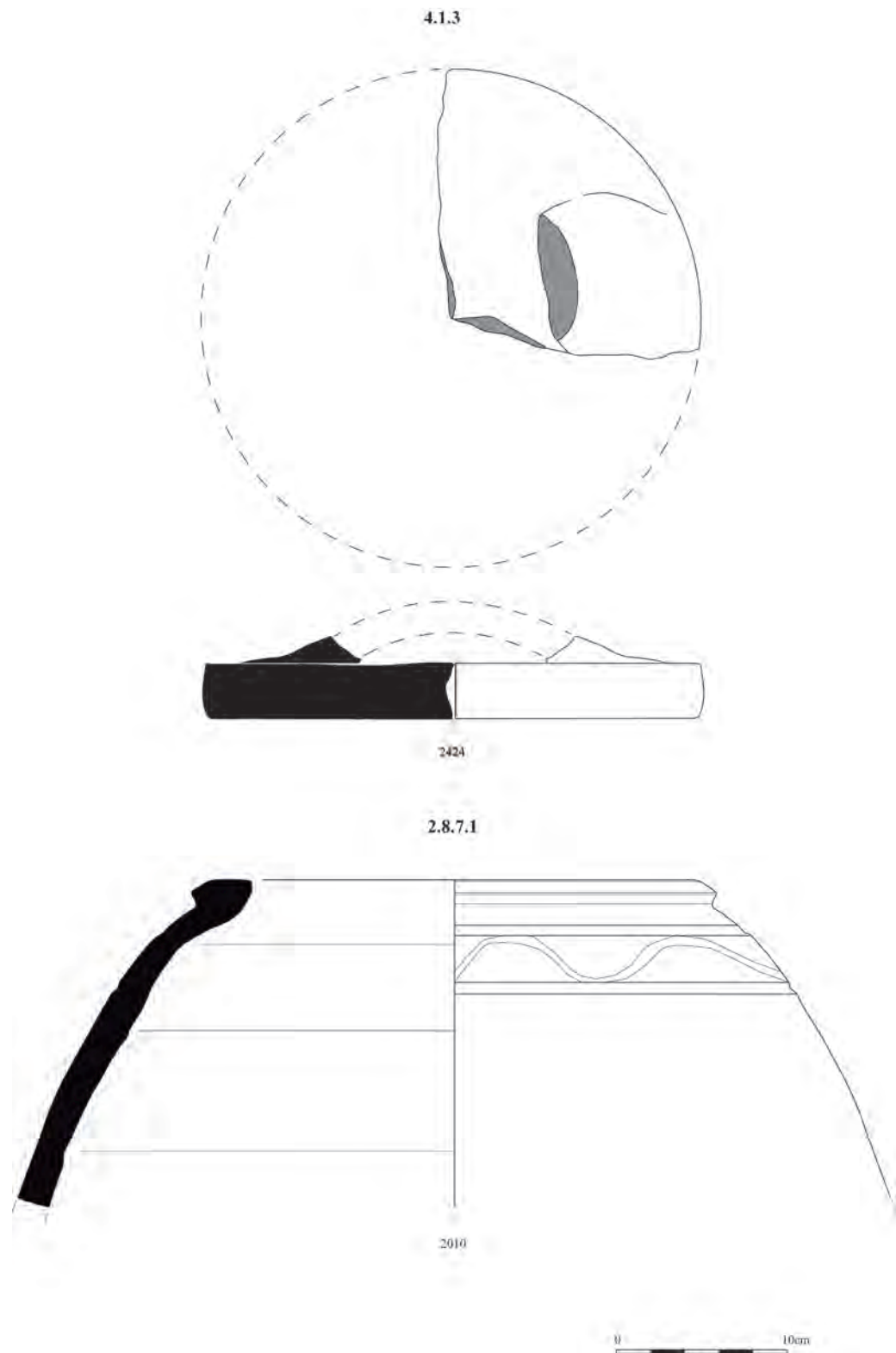


Figura 9
Tampas e Talhas

As tampas estão fortemente representadas na Fase 2. Entre estas merece destacar-se a presença da variante 4.4.1. (Fig. 8, 829) representada quase exclusivamente nos estratos desta fase que corresponde a uma forma identificada na região na *villa* romana de Freiria em contextos dos séculos II a C. a I d.C. (Cardoso, 2015, p.396, fis. 251, n.º 6).

A variante mais representada é, contudo, a 4.1.2., uma versão de bordo voltado para o exterior, simples (729, 2402) ou ligeiramente apontado (871), identificadas em diversos contextos do Alto e Baixo-império na região, resultando infrutífera a apresentação de paralelos.

Quanto às tampas com bordo voltado para interior, (4.3.1. e 4.3.2.) em Povos estão atestadas tanto em produção bética (672) como lusitana, sendo as primeiras associadas aos estratos alto-imperiais. As últimas (754) correspondem a variantes relativamente bem documentadas na região, com produção atestada na olaria da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 103).

Por último, entre as tampas está também presente um exemplar de tampa de talha plana, com asa horizontal (Fig. 9, 2424), com claras semelhanças com uma peça exumada em S. Cucufate, integrada no tipo XV-B-fr-1 (Pinto, 2003, fig. 575), e recolhida em horizontes baixo-imperiais. É igualmente interessante constatar que continua a ser uma forma recorrente em contextos atuais, com paralelos etnográficos bem documentados na região sul do país. FIG. 10

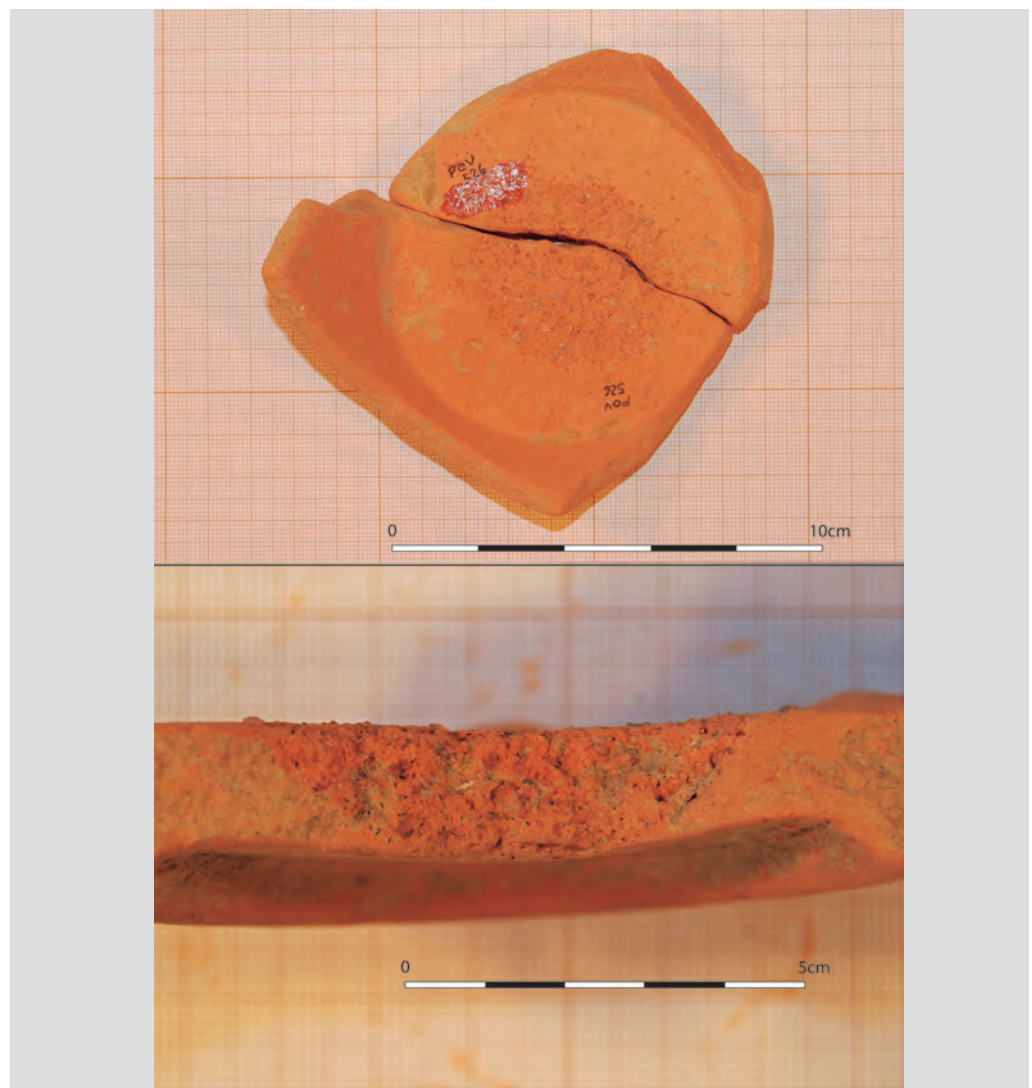


Figura 10
Peça 1840. Pormenor da conformação.

2.4 Apreciação qualitativa e contextualização crono-estratigráfica da cerâmica comum de Povos

Em Povos foi possível identificar diferentes momentos no quadro da ocupação romana, e, no âmbito deste trabalho, associar o conjunto de cerâmica comum do local a alguns destes momentos, valorizando uma análise crono-estratigráfica destas produções.

Importa tecer algumas considerações prévias face às realidades observadas, salientando considerações entre os conjuntos de cerâmica comum enquadrados para os diferentes momentos da ocupação romana, particularmente no que à amostragem diz respeito.

Com efeito, o conjunto material associado a ambas as fases de Povos consubstancia uma amostra formal e tipológica relativamente diversificada, que também se reflete a nível estatístico. O número de indivíduos associado a cada uma das fases cronológicas de Povos é semelhante, refletindo uma tendência um pouco distinta do restante material já estudado, tanto no conjunto anfórico, representado maioritariamente por produções baixo imperiais (Banha 1992) como no conjunto de *terra sigillata*, onde apesar da presença das produções alto-imperiais, são as formas africanas que estão melhor representadas (Dias, 1998). Esta tendência, que poderá dever-se a contingências das próprias intervenções no local e/ou dos mecanismos de recolha ou a outras leituras para as quais não dispomos de dados suficientes, obriga a alguma cautela na valoração quantitativa destes contextos, particularmente porque subsiste um conjunto de peças com alguma expressão que não foi possível contextualizar.

Não obstante, não deixa de ser interessante constatar uma certa coerência formal no seio das fases de ocupação do local quando comparada com outros conjuntos cerâmicos da região (Santos, 2011; Silva, 2012; Santos, *et al.*, 2015; Silva, 2015; Silva, Nozes, Miranda, 2015) que permite fornecer indicadores para a construção de um repertório oleiro comum, marcado por algum conservadorismo.

No que respeita aos fabricos há a registar o domínio quase absoluto da produção local e/ou regional em ambos os momentos, demonstrando que o local de Povos se encontra perfeitamente enquadrado nos circuitos de produção e abastecimento destas produções desde os inícios da ocupação do local. A cerâmica comum importada é praticamente residual, correspondendo na fase 2 a dois exemplares de produção na província da Bética, região do Guadalquivir, ao qual devemos acrescentar quatro dos almofarizes de produção bética publicados por José Carlos Quaresma, (1995-1997; 2006) três dos quais oriundos da fase 2, um integrado num estrato de cronologia Flávia (Dias, 1995-1997; Quaresma, 2006).

As produções de cerâmica comum bética da costa ocidental e do vale do Guadalquivir, ainda que sempre em percentagens relativas, têm uma presença assídua em contextos tar-do-republicanos e Júlio-Cláudios da Lusitânia e particularmente da região do Vale do Tejo (Silva, 2015, p.53). A quase inexistência destas produções em Povos pode dever-se a um mero problema de amostra ou a uma eventual “modernidade” do conjunto, também sugerida pelos dados da *terra sigillata* que demonstram que as importações só se tornaram realmente significativas a partir de Cláudio, já no segundo quartel do século I d.C. (Dias, 1998, p. 15).

No âmbito da produção local, foram atestados três grupos de fabrico de que se repartem pelas diferentes formas e faseamentos identificados em Povos. O fabrico 1 compreende a maioria das produções documentadas no local destacando recipientes de utilização diversificada (preparação culinária a quente e a frio, armazenamento, serviço e consumo). Por oposição, os fabricos 2 e 3 estão tendencialmente reservados à produção de peças coadunadas ao consumo e serviço (tigelas, bilhas, potinhos e tampas), uma tendência também constatada no estudo do centro oleiro da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p.128).

Observa-se que os fabricos 1, 2 e 3 estão presentes na fase 2 do local e que a fase 3 regista maioritariamente produções do fabrico 1 e apenas dois exemplares no fabrico 3, facto que, embora sugestivo, não permite, por ora, grandes considerações, dadas as dificuldades de contextualização dos conjuntos.

A loiça de cozinha é o conjunto dominante em todos os momentos da ocupação romana de Povos e um reflexo do quotidiano das suas gentes, seguindo uma tendência comum em outros contextos regionais. Na fase 2 destaca-se uma prevalência dos tachos e dos potes/panelas, que se mantém na fase 3, mas os recipientes preferenciais para a utilização culinária passam agora a ser os potes/panelas, reduzindo substancialmente a presença das formas do tipo tacho. Como se observou, estes últimos são formas frequentes de loiça de cozinha em contextos Alto-imperiais que continuam, contudo, a ser produzidos na região até momentos tardios (Santos, 2011, p. 79). Desta forma, embora os dados de Povos corroborem a tendência refletida em regiões limítrofes como o vale do Sado que demonstra que estas formas se prolongam em locais de consumo com frequências relativas menos acentuadas pelo Baixo-império, (Mayet; Silva, 1998; Vaz Pinto, 2003, p.318; Silva, Soares, 2014) devemos observar alguma prudência na leitura destes resultados, quer pela limitação dos próprios dados artefactuais como pela natureza dos faseamentos crono-estratigráficos de Povos.

Entre os potes/panelas as variantes 2.2.2.2., 2.2.4.1., 2.2.5.1. e 2.2.9.2. auferem maior representação na fase 2 revelando uma maior diversidade de perfis e lábios dentro das próprias variantes. As formas 2.2.4.1. e 2.2.5.1. evidenciam cerca de 75% dos exemplares com vestígios de queimado, sugerindo uma clara preferência na sua utilização para fins culinários. A primeira observa grande longevidade, destacando-se na fase 2 mas mantendo ainda uma expressão significativa na fase 3, atestando-se a sua produção na região desde os finais do século II até à segunda metade do século IV no centro oleiro da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 82) e no Porto dos Cacos com cronologias que poderão ir do século II aos inícios do V (Raposo e Duarte, 1996, p. 265). Já a segunda parece estar praticamente ausente nos estratos desta última fase, sugerindo de facto tratar-se de uma forma de cronologia Alto imperial, tal como a forma 2.2.9.2. Neste último caso, a produção lusitana desta forma registada em Povos inspirada nos protótipos béticos demonstra também uma tendência de mercado natural na adaptação dos modelos e influências oleiras de outras regiões e na sua reinterpretação e incorporação no repertório cerâmico local. O mesmo pode constatar-se a propósito das bilhas, 2.5.5.1..

Dos horizontes tardios de Povos destaca-se a variante 2.2.2.1. cuja forma corresponde a um protótipo marcadamente regional em época baixo imperial, cada vez mais reconhecida nos contextos do Baixo Tejo e a variante 2.2.9.1. que, a título de hipótese, poderá corresponder a um modelo evolutivo da forma 2.2.9.2. de cronologia alto-imperial.

Devemos ainda salientar que, paralelamente à cerâmica comum de utilização quotidiana, foram também identificados alguns elementos entre o conjunto cerâmico, que atestam atividades artesanais, como fragmentos de pesos de tear e cerâmicas de construção e revestimento. Embora não sendo objeto de análise no presente trabalho, são dados a registar no que respeita às atividades socioeconómicas do local.

3. Contextualização e enquadramento regional

Se os conjuntos artefactuais de Povos são claros indicadores da riqueza desta estação arqueológica (Pimenta, Mendes, 2012, p. 51), menos evidente é a natureza de ocupação do local, uma vez que as estruturas aí identificadas não permitem assumir com segurança se o local de

Povos corresponderia a uma *villa*, ou, face à dimensão da área ainda por escavar, a um *vicus* portuário (Idem, 2012, p.51).

Certo será que o local de Povos desempenharia funções de grande dinamismo económico em época romana, atestadas pela própria implantação desta estação arqueológica, nas imediações do Tejo servida pela via que ligava *Olisipo* a *Scallabis* (Guerra, Quaresma, Blot, 2000, p. 34-35; 38-39) e pelos conjuntos materiais aí recolhidos e já objeto de estudo.

No que respeita à cerâmica comum, constata-se, em Povos, uma diversidade de formas adequada a diferentes funções, demonstrando uma adaptação e ajuste rápido, desde cedo, por parte dos centros oleiros locais e regionais a novos modelos e formas cerâmicas. Este processo de rápida assimilação dos repertórios forâneos e da sua reprodução a nível local e regional não é de todo novo neste território, reconhecendo-se, desde a fase da conquista nos conjuntos cerâmicos do Povoado republicano do Monte dos Castelinhos e continua, ao longo de todo o período romano, a determinar influências formais e estilísticas na produção oleira regional.

No que respeita a locais de consumo, conhecemos uma intensa ocupação do Alto império nesta região, ainda que os acervos materiais, no que à cerâmica comum diz respeito, sejam escassos. Não obstante, as intervenções no Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo e no subsolo de Vila Franca de Xira, através dos dados do museu do Neo-Realismo e da Travessa do Mercado, destacam bons paralelos para algumas das formas identificadas em Povos, sobretudo na cerâmica de cozinha, potes/panelas e tachos, onde também estão presentes as variantes de tachos de bordo dobrado sobre o ombro (Pimenta, Mendes, 2007b, fig. 6, n.º 1; fig. 7, n.º 1) e potes de bordo vertical voltado para o exterior (Idem, fig. 7, n.º 5).

Já no que toca aos locais de produção, esbarramos ainda num conhecimento muito incipiente, baseado maioritariamente nas olarias identificadas junto do Tejo, como a Garrocheira e o Porto do Sabugueiro. Se é certo que estas unidades laboraram na produção de contentores anfóricos e cerâmica comum, desconhecemos ainda o peso destas últimas produções e os seus mecanismos de distribuição a nível local e regional, assim como o repertório cerâmico das respetivas olarias e os seus efetivos períodos de laboração, ainda que se reconheçam alguns paralelos para as formas identificadas em Povos nestes locais.

É igualmente importante sublinhar que estão documentadas unidades de produção oleira na região de Vila Franca, como o forno da Quinta de Santo António, o forno da Quinta da Granja (Sabrosa et. al., 2012) e o Forno da Pipa (Pinto, 2012), cujas características arquitetónicas revelam claras similitudes com os modelos construtivos das olarias da região, Garrocheira (Benavente) ou na Quinta do Rouxinol, Seixal. Seriam, contudo, unidades integradas em complexos agrícolas do tipo *villa*, localizados na região do Vale do Rio Grande da Pipa, cuja função primordial seria a produção de peças de olaria, embora em alguns casos, tenham posteriormente assumido outras utilizações. No caso do forno da Quinta de Santo António, abandonado nos inícios do século III d.C., a presença dominante de fragmentos de *dolia*, sugere como plausível uma eventual produção destes recipientes (Sabrosa et. al., 2012, p. 156).

O mesmo parece ocorrer na já mencionada *villa* das Almoínhas, em Loures, onde estão igualmente atestadas estruturas de produção oleira relacionadas com aquela unidade agrícola, assim como no Alto dos Cacos, em Almeirim. Este último local, reconhecido sobretudo pela ocupação militar, revelou uma ocupação dos inícios do século I, relacionada com um tipo de instalação de cariz rural, com a qual deverá estar relacionada a presença de uma bateria de quatro fornos romanos de produção cerâmica identificados nos anos oitenta. Entre o espólio identificado no local, a presença de cerâmica comum, potes e *dolia* com deformações resultantes do processo de cozedura, permitem atestar a produção destas cerâmicas no local, a par com uma eventual produção de materiais de construção (Pimenta, Mendes, 2012).

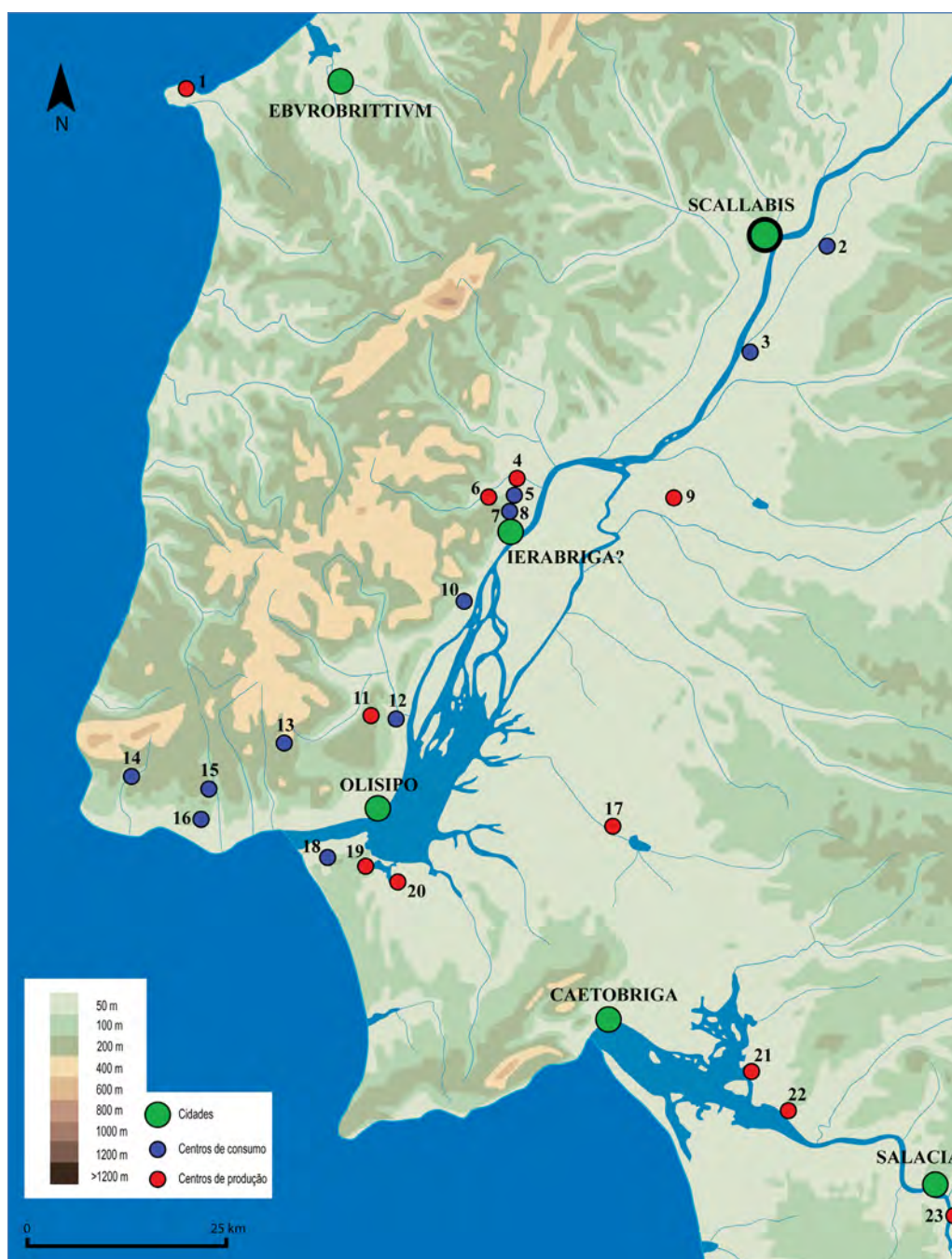
Estes locais, embora possivelmente enquadrados em lógicas de consumo, produção ou distribuição na sua esfera geográfica, terão certamente complementado uma vasta rede de abastecimento de olaria para consumo quotidiano em toda região do Baixo Tejo, nomeadamente os seus centros urbanos (Fig. 11).

O conhecimento relativo às produções de cerâmica comum do Baixo Tejo encontra-se, ainda, numa fase inicial. É importante que se comecem a estudar e a publicar mais contextos de produção, como o da olaria romana da Quinta do Rouxinol, mas, também, de sítios de consumo com estratigrafia e cronologias bem definidas. Só deste modo é possível elaborar a jusante uma síntese que permita compreender as transformações morfológicas, padrões de produção e distribuição destas formas cerâmicas nesta região durante a romanidade. FIG. 11

Figura 11

Mapa com os locais referidos no texto e os principais centros oleiros reconhecidos nos vales do Tejo e do Sado.

- 1) Morraçal da Ajuda;
- 2) Alto dos Cacos;
- 3) Porto Sabugueiro;
- 4) Quinta S. António;
- 5) Monte dos Castelinhos;
- 6) Quinta da Granja;
- 7) Povos;
- 8) Sub-Serra;
- 9) Garrocheira;
- 10) Castelo de Alverca do Ribatejo;
- 11) Quinta das Almoinhas;
- 12) Quinta do Belo;
- 13) Quinta da Bolacha;
- 14) Alto do Cidreira;
- 15) Freiria;
- 16) Caparide;
- 17) Porto dos Cacos;
- 18) Quinta da Torrinha;
- 19) Quinta do Rouxinol;
- 20) Quinta de S. João;
- 21) Herdade do Pinheiro;
- 22) Abúl;
- 23) Barrosinha.



BIBLIOGRAFIA

- AMARO, C. (1990) – Olaria romana da Garrocheira, Benavente. In *ALARCÃO, A. e MAYET, F. eds. – Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga. Diffusion de Bocard, p. 87-95.
- AMARO, C.; BUGALHÃO, J.; SABROSA, A. (1996) – Complexo Fabril romano da Rua Augusta. Notícia preliminar. In *FILIFE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, eds. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 199-214.
- AMARO, Clementino et. al (1995) – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. *Catálogo da exposição*. Fundação Millennium BCP.
- AMARO, C.; GONÇALVES, C. (2016) – The Roman Figlina at Garrocheira (Benavente, Portugal) in the Early Empire. In *VAZ PINTO, I; ALMEIDA, R.; MARTIN, A – Lusitanian amphorae-. Production and distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10*. Archeopress, p. 47-58.
- BANHA, C. (1992) – As ânforas da villa romana de Povos. *Boletim Cultural Cira*. 5. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.49-90.
- BATALHA, L.; CARDOSO, G.; MONTEIRO, M. (2009) – A villa Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo: do Romano ao Medieval Islâmico. In *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa, p. 11-26.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; DUARTE, C. (2013) – Uma necrópole na praia: O cemitério romano do núcleo arqueológico da Rua dos Correiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. N.º 16, p. 243-275.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011) – *La Cerámica romana de Avgvsta Emerita en época Altoimperial. Entre el consumo y la exportación*. Serie Ataecina 7. Mérida.
- CALAIS, C. (1996) – Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira, Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de Campo (1990). *CIRA. Boletim Cultural*. N.º 6. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.49-62.
- CALAIS, C. (1995-1997) – Outeiro de Povos, Resultado preliminar das primeiras intervenções Arqueológicas. *CIRA Boletim Municipal*. N.º 7. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.47-74.
- CALAIS, Cristina (1995-97) – Outeiro de Povos – Resultado preliminar das primeiras intervenções arqueológicas. *Boletim Cultural*. CIRA. N.º 7, pp. 47-74.
- CARDOSO, G. (2002) – *Aspectos da Romanização do ager Olisiponensis. Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo*. Universidad de Extremadura Departamento de Historia Área de Arqueología. Cáceres. (Policopiada).
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In *FILIFE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, eds. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 167-178.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E.; RIBEIRO, I. (no prelo) – Olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche). *Estruturas de Produção. Olaria Romana. Seminário internacional e Atelier de Arqueologia experimental*. Lisboa: UNIARQ.
- CASAS I GENOVER, J.; CASTANYER I MASOLIVER, P.; MARIA NOLA, J. e TREMOLEDA I TRILLA, J. (1995) – Lès ceràmiques locals del N. E. de Catalunya. In *AQUILUÉ, X. e ROCA ROUMENS, M. Ceràmica comuna romana d'època Alto Imperial a la Península Ibèrica. Estat de la questió*. Empúries: Museu d'Arqueologia de Catalunya-Empúries, p. 99-127.
- COELHO-SOARES, Antónia (1987) – Materiais arqueológicos da Courela dos Chãos (Sines). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 193-201.
- DIAS, L. F. (1995-1997) – Terra *Sigillata* da Villa Romana de Povos (Vila Franca de Xira). Estudo Preliminar. *CIRA. Boletim Municipal*. N.º 7. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 7, p.13-24.
- DIOGO, A. D. (1993) – Cerâmica comum romana dos fornos do Sado (Oliarias e Vale da Ceba). *Homenagem ao Prof. Doutor Santos Júnior*. Vol. II. Lisboa, p. 145-150.
- DIOGO, A. D.; TRINDADE, L. (2000) – Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 3. N.º 1, p.181-205.
- FERNANDES, A. (2007) – *Contribuições para a compreensão das dinâmicas de ocupação romana do espaço rural de Olisipo ao longo do Alto – Império*. Relatório de progresso para a obtenção da licenciatura em História, variante arqueologia. Orientado pelo Dr. Rodrigo Banha da Silva. Policopiado.

- FERREIRA, C. J. (1984) – *Povos 1984: Intervenção do Departamento de Arqueologia do IPPC com a colaboração da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. Dactilografado.
- FILIFE, V.; QUARESMA, J. C.; LEITÃO, M.; ALMEIDA, R. (2016) – Produção, Consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em *Olisipo*: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). *Monografias ex Hispania III. Amphorae ex Hispania: Paisajes de producción y consumo*. III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Officina Hispana. Tarragona, 10-13 de Dezembro de 2014, p. 423-445.
- GRILO, Carolina (no prelo) – *A cerâmica comum do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa. Os contextos fabris*. Actas do 1º Encontro de Arqueologia de Lisboa.
- GRILO, Carolina e ROCHA, A. (no prelo) – *A cerâmica comum romana do edifício sede do Banco de Portugal*.
- GUERRA, A.; BLOT, M. L.; QUARESMA, J. C. (2000) – Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo. In *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção*. Catálogo da Exposição. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 29-42.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) – *L'atelier d'amphores Pinheiro*. Portugal. Paris: Diffusion Du Bocard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) – *L'atelier d'amphores de Abul*. Portugal. Paris: Diffusion Du Bocard.
- MOITA, I. (1968) – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. *Revista Municipal*. Ano 19. N.º 116 -117. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 33 -71.
- MONTEIRO, J. L. (2012) – *Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete – Portugal)*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia orientada pelo Prof. Dr. Carlos Fabião. Policopiado.
- MOTA, N.; GRILO, C.; ALMEIDA, R.; FILIFE, V. (2016) – Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de Olisipo. A intervenção arqueológica na Rua de São Mamede (via pública – 19) – Santa Maria Maior, Lisboa. *CIRA Arqueologia*. N.º 5, p.
- NOLEN, J. S. (1985) – *Cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo*. Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, J. S. (1988) – A *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os materiais. *Conimbriga*. 27. Faculdade de Letras. Instituto de Arqueologia. Coimbra, p. 61-140.
- OLCESE, G. (2010) – *Atlante dei siti di produzione ceramica (Etruria, Lazio, Campania, Sicilia) IV secolo a.c. – I secolo d.C.* Edizioni Quasar, Roma.
- PARREIRA, R. (1986) – Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira: Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo realizados em 1985. *Boletim Cultural*. N.º 2. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.101-110.
- PARREIRA, R. (1988) – Intervenção Arqueológica no Centro Histórico de Alverca do Ribatejo, 1986: relatório sucinto dos trabalhos realizados. *Boletim Cultural*. N.º 3. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.89-94.
- PAZ PERALTA, J. (2008) – Las producciones de terra sigillata hispánica intermedia y tardía . Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión. In *D. Bernal Casasola, A. Ribera i Lacomba (eds.), XXVI Rei Cretariae Romanae Fautores*. Cádiz, p. 497-540.
- PIMENTA, João e MENDES, Henrique (2006) – Ocupação romana no subsolo da Travessa do Mercado (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. 2.ª Série. 14. Adenda eletrónica VI, p. 1-6.
- PIMENTA, João; MENDES, Henrique (2007a) – *A escavação de um troço da estrada romana Olisipo-Scalabdis, em Vila Franca de Xira*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007b) – Evidências de ocupação romana no Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. 2.ª Série. 15. Adenda eletrónica VII, p. 1-6.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. e NORTON, J. (2008) – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série. N.º 16, p. 26-37.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis. In *CIRA Arqueologia n.º 1*. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo. Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento Romano do Alto dos Cacos Almeirim*. Almeirim. Associação de defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim.
- PIMENTA, J. (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PINTO, A. (2012) – Forno Romano da Pipa. In *CIRA Arqueologia*. N.º 1. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. Vila Franca de Xira, p. 158-167.
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V.; SCHMIT, A. (2010) – Cerâmica comum. In *ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.)*, *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana. N.º 5. Mérida, p. 219-443.
- QUARESMA, J. C. (1995-1997) – Os almofarizes cerâmicos de Povos (Vila Franca de Xira), no contexto do território actualmente português. *Boletim Cultural*. *CIRA*, p. 25-46.

- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono- morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1, p. 149-166.
- RAPOSO, J.; DUARTE, A. L. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In *FILIPPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro (eds.) Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 249-66.
- REIS, M. P. e SEPÚLVEDA, E. (2003) – A propósito da “Villa” romana de Povos. Estruturas, materiais e problemáticas arqueológicas. *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 117-128.
- SABROSA, A. ; HENRIQUES, F. ; CARVALHO, E. ; GERMANO, A. (2012) – Os fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer) In *CIRA Arqueologia*. N.º 1. Actas da Mesa Redonda de *Olisipo a Scallabis*. Vila Franca de Xira, p. 148 -157.
- SANTOS, C. (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Orientada pelos Profs. Drs. Carlos Fabião e Catarina Viegas. Policopiado.
- SANTOS, C; RAPOSO, J; QUARESMA, J. C (2015) – Análise crono-estratigráfica da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal). *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p.117-148.
- SILVA, B. M. (2007) – *A implantação romana nas Almoínhas (Loures). Forno 3: contribuições para a compreensão da produção oleira romana*. Relatório final para a obtenção da licenciatura em História, variante arqueologia. Orientado pelo Dr. Rodrigo Banha da Silva. Policopiado.
- SILVA, C.T., COELHO-SOARES, A. (2014) – Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, n.ºs 4-4B. *Setúbal Arqueológica* vol. 15. II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A.I. Marques da Costa, p.305-341.
- SILVA, R. B. da (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R. B. da (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p.41-67.
- SILVA, R. B. da (no prelo) – O fácies cerâmico em Olisipo (Lisboa): o período Julio-Claudio. In *GARCÍA FÉRNANDEZ, M.I.; RUIZ MONTEZ, P (ed.) – Actas del Simposio Internacional “Facies y contextos Cerámicos Alto-Imperiales en el Sul de la Península Ibérica (Granada, 2013)*. Universidad de Granada.
- SILVA, R. B. da; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. 2. Lisboa, p.1-16.